

## PRÁTICAS SOCIOECOLÓGICAS E RESILIÊNCIA URBANA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

ROCHA, Heliana<sup>1</sup>([helianamettig@ufba.br](mailto:helianamettig@ufba.br)); CARVALHO, Clarice<sup>2</sup>  
([claricecarvalhof@hotmail.com](mailto:claricecarvalhof@hotmail.com)); SILVA, Ruth<sup>3</sup>([ruth.araujo@ufba.br](mailto:ruth.araujo@ufba.br)); SOUZA,  
Tamyles<sup>4</sup>([tamyles68@gmail.com](mailto:tamyles68@gmail.com))

<sup>1</sup>Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

<sup>2</sup>Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

<sup>3</sup>Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

<sup>4</sup>Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

**Palavras-chave:** Resiliência Urbana. Resiliência Comunitária. Iniciativas locais. Mapeamento Colaborativo. Salvador.

### Resumo

Este artigo discorre sobre uma experiência de pesquisa que envolve o mapeamento de práticas socioecológicas realizadas por iniciativas de base comunitária na cidade de Salvador e entorno, com o objetivo de compreender os processos de autogestão e contribuição para o fortalecimento da resiliência urbana, no contexto das mudanças climáticas. Nesse sentido, também é desenvolvido o conceito de resiliência comunitária, com suas implicações nos grupos organizados da sociedade civil, considerando as questões relativas à articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais envolvidos. Intenciona-se reconhecer as iniciativas e suas práticas, bem como, as motivações e formas de atuação, problematizando sobre possíveis contribuições para o fortalecimento da resiliência urbana. Durante a pesquisa, ainda seguindo protocolos relativos à pandemia do coronavírus, optou-se pelo método do mapeamento colaborativo digital, visando promover a interação com e entre os desenvolvedores dessas práticas, a partir da auto-localização em um mapa digital remoto e a resposta à um questionário de opinião pública, distribuído nas redes sociais. Para esta fase da pesquisa, foi levantado um número representativo de práticas que possibilitou uma breve reflexão sobre os desafios e potencialidades da atuação dessas iniciativas na cidade. Nos resultados são apresentados indicativos sobre o perfil, as motivações e a pluralidade de formas de atuação, passíveis de análises mais complexas nos desdobramentos da pesquisa. As iniciativas se apresentaram como coletivos, movimentos e associações, na busca pela transformação de áreas socialmente e/ou ambientalmente abandonadas ou precarizadas, mobilizando a construção de lugares, por meio de ações práticas de interesse social e coletivo, que refletem na qualidade ambiental urbana. Destacam-se a motivação em tomarem a iniciativa, muitas vezes, frente a inação e dificuldades de interlocução com o Estado. Além disso, a pesquisa possibilitou identificar pontos de melhoria na abordagem de iniciativas comunitárias e possíveis novos caminhos para compreender suas características e atuação nos territórios.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a trajetória do último ano de pesquisa sobre as práticas socioecológicas na cidade de Salvador e entorno, com o intuito de compreender seus processos de autogestão e contribuição com a resiliência urbana no contexto das mudanças climáticas. Para tanto, propõe-se a abordagem socioecológica, que observa como esses grupos organizados da sociedade civil agem em relação às questões sociais e ambientais recorrentes no meio ambiente urbano, envolvendo a articulação e cooperação

entre os diferentes atores sociais envolvidos, a redução das desigualdades, bem como, a discussão sobre resiliência urbana e comunitária.

No contexto das mudanças climáticas, o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC) de Salvador acumula controvérsias quanto ao processo participativo. Frente aos acontecimentos climáticos recentes em Salvador, como deslizamentos de encostas e enchentes com o aumento das chuvas, torna-se urgente potencializar as práticas locais de coexistência socioecológica e instrumentos para a promoção da qualidade ambiental urbana, com suas abordagens propositivas e inclusivas (Rocha, Andrade, 2023).

Na atualidade, a problemática urbana aponta para necessárias melhorias da condição do habitar, entendido não apenas pela adequação da unidade habitacional, mas sobretudo pela sua inserção urbana, com mobilidade apropriada, acesso a espaços públicos, garantia de áreas verdes e preservação ambiental, segurança física e social, enfim, qualidades necessárias a um bem viver saudável individual e coletivo. No campo do urbanismo, em sua interface com as práticas sobre a cidade, a pesquisa vem sendo estruturada em estudos de natureza empírica, teórica e crítica, voltando-se para a escala local de abordagem micropolítica, que consideram caminhos alternativos de produção e apropriação do espaço no nível local da comunidade (Guattari, Rolnik, 1996).

O objetivo ampliado da pesquisa é de trocar e transferir conhecimentos para a sociedade, dando visibilidade a essas práticas locais, de modo a viabilizar proposições a serem incorporadas nas estratégias de resiliência urbana da cidade de Salvador, considerando as questões problematizadas. Para tanto, somam-se às bases teórico-metodológicas da pesquisa em curso, os conteúdos necessários para identificar respostas alternativas aos modelos de intervenção das práticas hegemônicas de intervenção urbana, identificando caminhos de convergência socioecológica para transformações socioespaciais, a partir da articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais e políticos.

Nesse contexto, como ponto de partida deste artigo levantam-se os seguintes questionamentos: Quais as características das práticas socioecológicas emergentes desenvolvidas por grupos organizados da sociedade? Como essas práticas contribuem no fortalecimento da resiliência urbana?

### 1.1 Práticas socioecológicas

O contexto socioambiental urbano das cidades brasileiras se encontra muito impactado por questões sociais e ambientais que interligam as somáticas que alteram as condições saudáveis dos climas (IPCC, 2023). Dentre os principais fatores que retroalimentam a precariedade, vulnerabilizando comunidades e territórios, está o fato de que as políticas públicas que deveriam promover o interesse social e coletivo, acabam por funcionar como dispositivos que mantêm o poder econômico de poucos, alinhando os setores políticos hegemônicos aos interesses econômicos neoliberais (Jessop, 2002).

Em contrapartida, outros setores, não hegemônicos, avançam em práticas locais que buscam alternativas às lacunas das políticas públicas existentes. Muitas vezes, estas são invisibilizadas pelo seu alcance local e comunitário, não significando que sejam menos importantes nos processos de transformação socioespacial e desenvolvimento local. Pelo

contrário, essas ações precisam ser consideradas no processo de planejamento da cidade (Rocha, 2017).

Segundo Löwy (2015), as práticas socioecológicas emergentes são universais e independem da questão de classe ou contexto sociopolítico. Além disso, são convergentes em relação à auto-organização pela base (autogestão), e buscam uma espécie de democracia direta nos processos decisórios relativos às questões sociais e ambientais no contexto urbano.

Dentre os aspectos mais relevantes encontrados no processo de pesquisa sobre estas práticas emergentes, estão a formação de comunidade e o vínculo que mantém com a natureza. Estes aspectos reforçam sua interdependência ao demonstrar que é possível aplicar um olhar de convergência entre as questões sociais e ambientais nestas ações locais, muitas vezes não contempladas em intervenções urbanas protagonizadas pela gestão pública (Rocha, 2017).

## 1.2 Autogestão

A autogestão se refere às práticas de governança exercidas por cidadãos para cidadãos, com objetivo de transformar e adequar o ambiente às suas necessidades (Van Dam, 2016). A relação da autogestão com a habitação se fortaleceu a partir dos anos 1980, como parte da luta do movimento de moradia. As comunidades, na maior parte das vezes marginalizadas ou desassistidas, passam a criar alternativas coletivas voltadas para habitação e qualidade de vida.

Mesmo se caracterizando como uma motivação do coletivo, nos movimentos coordenados pela autogestão é possível o recebimento de financiamento ou apoio de órgãos públicos ou privados. No entanto, a gestão dos projetos e iniciativas fica a cargo da sociedade civil participante e, quando relacionado a habitação, pelos moradores (Rocha, Raynal, Clough, 2017). Esse tipo de organização permite que o ambiente em que a população habita esteja adaptado às suas necessidades e cultura, rompendo um padrão *top-down* de urbanização. As comunidades desenvolvem autonomia, valores democráticos e protagonismo no processo de mobilização e transformação espacial (Fox-kämper *et al.*, 2017). Nesse contexto, compreender como as práticas socioecológicas se organizam permite identificar caminhos e desafios existentes na autogestão para elaborar medidas de incentivo e fortalecimento das práticas, ainda emergentes.

## 1.3 Resiliência urbana e comunitária

A resiliência é um conceito interdisciplinar e pode ser entendida de diversas formas (Martin-Breen; Anderies, 2011). De acordo com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (UN/ISDR, 2004), resiliência é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade, potencialmente exposto a perigos, se adaptar a esta situação resistindo ou modificando-se por forma a atingir e manter um nível aceitável de funcionamento e estruturação. Bem como as ciências exatas evidenciam resiliência urbana como a capacidade de superar impactos naturais em eventos extremos, como inundações, terremotos, etc., além de outros impactos causados por intervenções humanas, como

barragens para abastecimento de água, fornecimento de energia, mineração etc. (CSIRO, 2007; Walker *et al.*, 2004).

Entretanto, a resiliência não consiste somente na redução de desastres, ela pode ser comunitária que é a capacidade de superação e fortalecimento inerente ao grupo social a partir de ações individuais e coletivas para superação de impactos sociais e ambientais recorrentes (Rocha, 2017; ARUP, 2015). Nesse contexto, a resiliência pode ser definida como a capacidade não apenas de resistir a mudanças ou choques externos, mas, também, sempre que possível, de reagir a estes de maneira ativa e positiva. Assim, estas reações poderão ser fortalecidas por meio de ações planejadas, que possam incrementar a proteção da população mais vulnerável, aumentando a sua resiliência (Ribeiro, Gonçalves, 2019; Walker *et al.*, 2004).

#### 1.4 Mudanças climáticas

Segundo o mais recente relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC (2023), as mudanças climáticas são irrefutáveis, irreversíveis e serão intensificadas nos próximos anos (IPCC, 2023). O aumento da intensidade do processo de urbanização tem configurado as cidades como as maiores emissoras de Gases de Efeito Estufa (GEE). Mantendo os níveis de emissão atuais, até o final do século será possível sentir o aumento de até 4,8° Celsius na média da temperatura global. Prevê-se que esse aumento pode agravar e se desdobrar em diversos impactos em cadeia, ao meio ambiente e à população. Dessa forma, atualmente, os centros urbanos são os territórios cruciais de transformação (PBMC, 2016).

Para lidar com esse cenário, os países - com destaque para os mais socioeconomicamente vulneráveis - devem buscar o fortalecimento da resiliência urbana (PBMC, 2016). Para que esse objetivo seja alcançado, bem como a promoção e execução das mudanças desejáveis ao redor do mundo, além da ação do poder público, mostra-se essencial a mobilização comunitária por parte da sociedade civil (Grimberg; Blauth, 2005). Iniciativas sociais tendem a contribuir com transformações relevantes na gestão de resíduos, uso eficiente de água e energia e na minimização dos impactos causados pelas mudanças climáticas. Seguindo essa perspectiva, metodologias globais para mensuração e avaliação da resiliência consideram em seus indicadores e metas a participação da sociedade civil na tomada de decisões e execução das medidas necessárias para fortalecimento da resiliência urbana e mitigação ou adaptação às mudanças do clima (ARUP, 2015).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O mapeamento e análise das práticas socioecológicas em Salvador e entorno vem sendo pesquisadas no âmbito do grupo de estudos @socio.eco.logicas, com a participação de bolsistas de iniciação científica vinculados ao LabHabitar - Laboratório de Habitação e Cidade (PPGAU/FAUFBA), desde 2018. No decorrer desse tempo, foram realizados projetos de pesquisa e de extensão, oficinas e *workshops*, com a presença de estudantes de graduação e pós-graduação, professores, especialistas e atores sociais envolvidos em iniciativas de base comunitária.

O desenvolvimento deste artigo se baseou na experiência junto a bolsistas de iniciação científica no período entre 2022 e 2023, no desenvolvimento da etapa de mapeamento colaborativo das práticas socioecológicas realizadas por iniciativas de base comunitária na cidade de Salvador e entorno. Esta etapa faz parte da pesquisa que tem o intuito de compreender os processos de autogestão dessas iniciativas, bem como, a sua contribuição com o fortalecimento da resiliência urbana, no contexto das mudanças climáticas.

Os resultados e reflexões apresentados são oriundos de encontros semanais para debates sobre textos científicos e pesquisas relacionadas à temática nos níveis local, nacional e global, incluindo discussões realizadas junto ao grupo de pesquisa GPS - Governança para Sustentabilidade e Gestão de Baixo Carbono (EAUFBA), desde 2021. No âmbito da pesquisa, foi desenvolvido e aplicado um questionário para caracterização das práticas socioecológicas, visando compreender seus objetivos, o perfil dos participantes, a forma de gestão interna e a relação com o ambiente em que estão inseridas, além de outras questões relacionadas à aspectos da resiliência urbana.

A etapa inicial consistiu na identificação prévia de associações, cooperativas e movimentos sociais para divulgação do mapeamento colaborativo e do questionário de opinião pública. Para tanto, foi criado um perfil nas redes sociais com o intuito de divulgar e dar suporte ao acompanhamento desta etapa. Um critério para participação na pesquisa foi a atuação no espaço urbano. Apenas as práticas com atuação no ambiente construído e natural, visando a transformação espacial, adaptação territorial ou criação urbanística fizeram parte da amostra de participantes.

A divulgação do questionário ocorreu entre março e julho de 2023, sendo respondido de forma remota pelos gestores ou participantes das práticas. O questionário é composto por duas partes. A primeira foi elaborada na plataforma *Google Forms* e corresponde à identificação do perfil da prática, além de 51 questões divididas nas seções: Iniciativa, Comunidade, Natureza e Arquitetura-Urbanismo, fundamentadas na metodologia de análise. A segunda etapa consistiu na auto-localização das práticas em um mapeamento colaborativo digital, situando-as geograficamente na cidade de Salvador e entorno. Nessa etapa foi utilizada a plataforma *Vicon SAGA*. A Plataforma Vicon - Vigilância e Controle utiliza a tecnologia *Volunteered Geographic Information* (VGI) provém de uma iniciativa nacional de programa livre, que vem sendo desenvolvida e aprimorada constantemente pelo Laboratório de Geoprocessamento da UFRJ (LAGEOP/UFRJ) em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento Aplicado e Análise Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

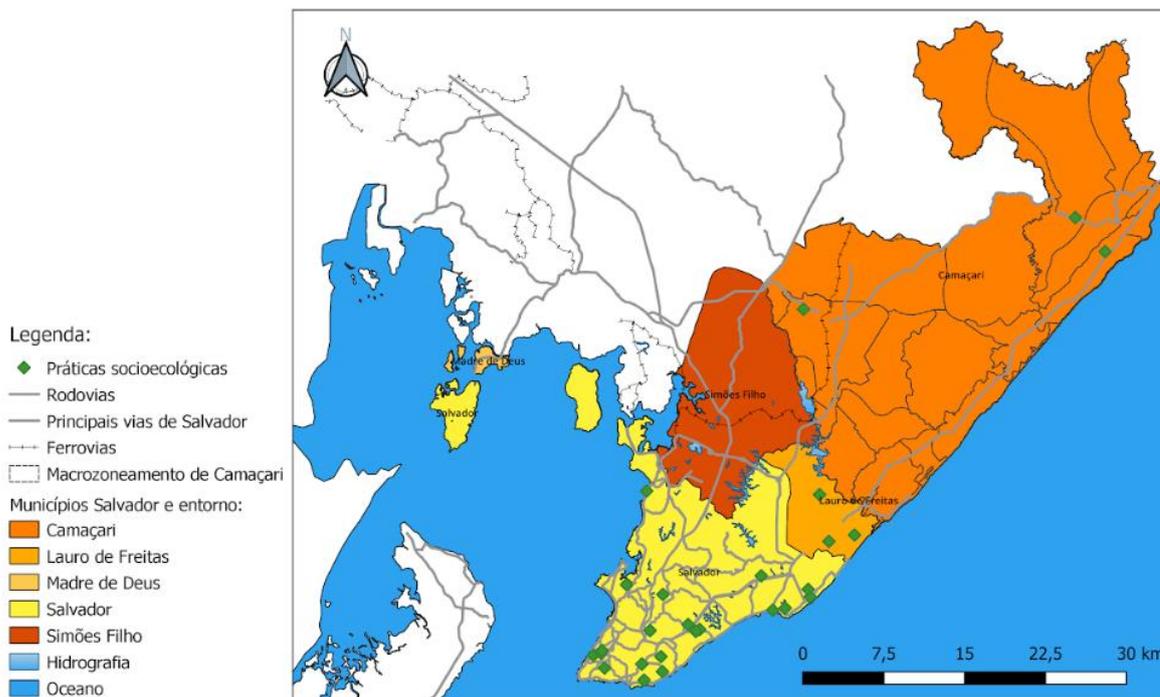
A metodologia de análise aplicada provém de uma matriz socioecológica desenvolvida em pesquisa anterior. Esta matriz auxilia na leitura de processos urbanos contemporâneos, como as práticas socioecológicas emergentes em lugares de moradia e convívio que potencializam a transformação do ambiente construído (Rocha, 2017).

### 3. RESULTADOS

Com o período de seis meses de identificação das práticas e aplicação do questionário, foi possível uma primeira aproximação de análise com a colaboração de 24 respondentes em

Salvador e entorno, estando a distribuição geográfica das práticas socioecológicas participantes presentes na Figura 1 abaixo.

Práticas socioecológicas comunitárias e resiliência urbana no contexto das mudanças climáticas: levantamento de práticas resilientes em Salvador e entorno



**Figura 1.** Mapeamento inicial com 24 práticas socioecológicas em Salvador e entorno, 2023.

A partir da análise das respostas do questionário, nota-se a prevalência de participação de organizações da sociedade civil ou grupos não formalizados, ambos com coordenação *bottom-up* (de baixo para cima). Esse modelo se caracteriza por iniciativas criadas e geridas pela comunidade para alcance de suas necessidades, geralmente desassistidas pelo poder público. No entanto, direciona para a convergência de esforços locais, nos municípios, voltados para a interação entre gestores e cidadãos. Por esse motivo, frequentemente motiva a criação de políticas públicas (Carvalho, Ventura, 2020; Fox-Kämper *et al.*, 2017). Mesmo sendo papel dos cidadãos a mobilização e proposição de alternativas que melhor satisfaçam seus modos de vida ao poder político, este, por sua vez, deve apoiar tais movimentos (Seixas *et al.*, 2020).

Na pesquisa, com relação ao perfil das práticas socioecológicas, nestas prevalecem a participação de 10 a 20 membros, sendo principalmente mulheres, de 21 a 60 anos, classificadas majoritariamente como pardas, pretas ou brancas. Uma característica comum entre as práticas é que, geralmente, são mantidas por moradores locais onde as atividades são desenvolvidas. Com relação à faixa salarial dos membros, prevalece a faixa de um a seis salários mínimos, caracterizadas pelas classes sociais E, D e C (IBGE, 2022) e

indicando a desassistência do poder público em atender suas necessidades básicas e expectativas, o que acaba por motivar iniciativas locais para sanar suas necessidades, a partir de movimentos coletivos.

Quanto ao propósito das práticas levantadas, notam-se diversos objetivos voltados para uma sociedade mais justa, igualitária, questões sociais, ecológicas e culturais, sendo esta última em menor parte. Valores ligados à biodiversidade e à qualidade de vida são também motivadores, o que as orientam para a busca por convergência social e ecológica em seus projetos e ações. Um terço das práticas tem sua atuação relacionada à alimentação e se baseiam na agroecologia para direcionar suas atividades. Quando questionadas sobre como acontece a relação entre comunidade e natureza na sua atuação prática, quase 75% dos respondentes afirmou manter uma relação de coexistência, em que a comunidade envolvida busca conviver com a natureza, sem destruí-la ou dominá-la.

Com relação ao tipo de transformação que as práticas buscam promover, a mesma proporção dos respondentes sinalizou desenvolver uma abordagem socioecológica. Esse ponto reforça o pressuposto da pesquisa de que as práticas atuam conscientemente na relação entre as questões sociais e ambientais, buscando promover convergências entre os temas em suas ações para o alcance de melhor qualidade de vida. Enquanto práticas emergentes, muitas relatam ter uma gestão interna frágil, e seus objetivos envolvem tornar o lugar onde vivem mais confortável, habitável e seguro para as pessoas.

No entanto, se observa que práticas de uma mesma tipologia de atuação (por exemplo, hortas urbanas comunitárias) apresentam respostas distintas e, em alguns momentos, opostas sobre objetivos e organização. Esse fato pode derivar da diversidade existente no mesmo campo de atuação, tornando as condições mais inclusivas e possibilitando resultados mais amplos. Também indicam que sua gestão é realizada de forma orgânica e espontânea, sem a definição estabelecida de hierarquia ou procedimentos internos rígidos. Mesmo que movimentos comunitários contribuam para o fortalecimento da resiliência urbana, o processo de estruturação das práticas demanda atuação da gestão pública no médio e longo prazo (Colding, Barthel, 2012).

Em relação a experiência de aplicação do questionário, um dos desafios foi a colaboração dos respondentes, evidenciado em um número de respostas reduzido, ainda que representativo. Alguns possíveis motivos identificados foram: o amplo número de questões, a forma de aplicação autônoma e remota; o uso de termos técnicos - mesmo que explicados no corpo da questão - e a correspondência parcial de respostas entre as duas partes do questionário, tanto no *Google Forms* quanto no mapeamento colaborativo no *Vicon Saga*. Visando sanar esses obstáculos, o questionário foi revisto para redução da quantidade de questões, mutirões *online* de apoio aos respondentes foram agendados e sua divulgação foi intensificada com o uso de cartazes com QR-code em lugares estratégicos, além das redes sociais, grupos de *Whatsapp* e *e-mail*.

Como parte da análise, notou-se que a aplicação do questionário de forma autônoma e remota correspondeu parcialmente ao perfil do público, que se encontra em comunidades, em alguns territórios vulnerabilizados e possui dificuldades de acesso digital. Assim, a habilidade de manuseio necessário para responder o questionário de forma remota, bem

como, localizar a prática no mapeamento colaborativo digital, pode ter interferido no alcance da colaboração.

A partir da compreensão desses pontos, destaca-se que ao realizar uma pesquisa desta amplitude seria relevante dedicar um período maior de estudo prévio sobre o público a ser alcançado, buscando compreender melhor seu comportamento e usar uma comunicação mais assertiva e de maior alcance, adaptando a forma de aplicação do questionário. Entretanto, no princípio, destaca-se que o perfil dos respondentes ainda não era totalmente conhecido. Ademais, no caso desta pesquisa, possivelmente, o questionário pode ser aplicado utilizando as mesmas ferramentas no modo presencial para uma parte das práticas identificadas, visando o aumento da colaboração. Durante a análise, foi percebido que ocorreram dificuldades de acesso, muito pelo *déficit* de conhecimento no manuseio digital de ferramentas de mapeamento colaborativo, mesmo tendo sido disponibilizados tutoriais e o suporte dos pesquisadores. Algumas das práticas que responderam o questionário sinalizaram dificuldades de entendimento de termos técnicos e de acesso à plataforma *Vicon Saga*. Esta reflexão sugere o redimensionamento da pesquisa em sua próxima fase, prevendo-se focar no mapeamento colaborativo vinculado a um único formulário com poucas questões. Assim, após um número maior de respostas, seria possível selecionar aquelas práticas que irão colaborar respondendo à segunda etapa mais completa do questionário, podendo este ser aplicado no modo presencial.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira aproximação, o levantamento das práticas socioecológicas comunitárias em Salvador e entorno e o mapeamento colaborativo, gradativamente, têm proporcionado visibilidade e fortalecimento das mesmas. Muitos desses grupos de base comunitária passam a se conhecer, possibilitando trocas de conhecimento entre si. Durante o processo de análise das iniciativas levantadas nas comunidades em seus territórios são demonstrados aspectos de resiliência comunitária, como o engajamento em causas coletivas, o que contribui para a busca de resiliência urbana, a partir do entendimento de suas potencialidades, desafios e impactos gerados no ambiente construído e na comunidade local.

Por um lado, enquanto as ações que partem de iniciativas locais impulsionam transformações socioespaciais, por outro lado, o aporte da gestão pública pode impulsioná-las com recursos. Nota-se que, cada vez mais, o envolvimento ativo de grupos organizados em práticas comunitárias, por meio da autogestão contribuem para uma maior coesão social e sentimento de pertencimento, o que fortalece ainda mais o tecido social urbano. Esta relação mais amadurecida de participação comunitária favorece a governança local em meio a processos participativos que vão influenciar as decisões sobre o ambiente urbano nas escalas do bairro e da cidade, envolvendo as diversas esferas da gestão pública.

Até o momento, é possível identificar que, para além das questões de preservação, manutenção e cuidados nas proximidades dos lugares de moradia e convívio dos atores envolvidos, existe também um fator motivacional de caráter emocional, pela construção de um senso de pertencimento. De acordo com Estanislau (2023), em seu texto sobre motivação e pertencimento, o contato com outras pessoas em um grupo que preza pelos

mesmos valores morais, dá início à uma conexão entre indivíduos, um sentimento de cuidado e importância com o bem estar individual e comunitário. Este sentimento de empatia é fortalecido e expandido para outros hábitos, que vão se desenvolvendo lentamente no convívio e nas práticas grupais.

Em relação à aplicação do questionário, a análise se estendeu aos fatores motivacionais para a existência e continuidade das práticas, no contexto do meio social e emocional de seus participantes. Até o momento, nota-se que a motivação das práticas analisadas voltadas para a transformação socioespacial - das pessoas e dos lugares - muitas vezes, acontece frente a inação e dificuldades de interlocução com o Estado, sinalizando que é necessário ampliar o diálogo com a gestão pública.

Como desdobramentos futuros, pretende-se desenvolver relações dialógicas junto a essas iniciativas de base comunitária para a elaboração conjunta de diretrizes que venham a ser incorporadas em políticas públicas e programas adaptados à realidade local, capazes de sustentar e expandir transformações socioespaciais nas escalas do bairro e da cidade. Nesse sentido, o fortalecimento dessas práticas de ação local se torna um dos caminhos possíveis para potencializar mitigações frente às mudanças climáticas, bem como, aos desafios decorrentes das desigualdades sociais, econômicas e ambientais, enfrentadas pela maior parte da população, visando tornar as cidades mais resilientes, sustentáveis e inclusivas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARUP. (2015). *City resilience framework. The Rockefeller Foundation-Arup*.
- Carvalho, C. A.; Ventura, A. C. (2020) *Hortas urbanas e resiliência: benefícios da implantação*. CONVIBRA. ISSN 2179-5967.
- CSIRO. (2007) Aliança de Resiliência. *Prospecto de pesquisa em resiliência urbana*. CSIRO, Austrália, EUA, Suécia.
- Colding, J.; Barthel, S. (2012) *The potential of 'Urban Green Commons' in the resilience building of cities*. *Ecological Economics*, [s.l.], v. 86, p. 156-166, 23 dez. Elsevier BV.
- Estanislau, J. (2023) *O que é o sentimento de pertencimento?* 1ª ed., Jornal da USP. São Paulo, SP.
- Fox-Kämper, R.; Wesener, A.; Münderlein, D.; Sondermann, M.; McWilliam, W.; Kirk, N. (2018) *Urban community gardens: an evaluation of governance approaches and related enablers and barriers at different development stages*. *Landscape and Urban Planning*, 170(April 2016), 59–68.
- Grimberg, E.; Blauth, P. (2005) *Governança democrática e um novo paradigma de gestão de resíduos sólidos*. Instituto Polis, São Paulo.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (1996) *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. (2022) *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*.
- IPCC. (2023). *Sixth assessment report, climate change 2023*. Geneva: Cambridge University Press.
- Jessop, B. (2002) *Liberalism, neoliberalism, and urban governance: a state-theoretical perspective*. *Antipode*, 34(3), 452–472.

Löwy, M. (2015) *Ecosocialism: a radical alternative to capitalist catastrophe*. Chicago: Haymarket Books.

Martin-Breen, P.; Anderies, J. M. (2011) *Resilience: a literature review*. The Rockefeller Foundation.

PBMC. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. (2016) *Mudanças climáticas e cidades: relatório especial do painel brasileiro de mudanças climáticas*.

Ribeiro, P. J. G.; Gonçalves, L. A. P. J. (2019) *Urban resilience: a conceptual framework*. *Sustainable cities and society*. [S.L.], v. 50, p. 101625, out. Elsevier BV.

Rocha, H. F. M.; Andrade, L. M. S. (2023) *Da coexistência socioecológica à convergências entre urbanização e natureza*. In: XX Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional. XX ENANPUR 2023: Anais. Belém do Pará, 22 - 26 maio.

Rocha, H. F. M., Raynal, C. P., Clough, C. N. C. (2022) *Por uma abordagem socioecológica no planejamento urbano: problematizando resiliência urbana, climática e comunitária em Salvador da Bahia*. In: XIX Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional. XIX ENANPUR 2022: Anais. Blumenau - SC, 22 - 27 maio (online).

Rocha, H. F. M. (2017) *O lugar das práticas comunitárias emergentes: caminhos de convergência socioecológica em projetos urbanos*. (Tese de Doutorado). PPGAU/UFBA. Salvador, Bahia, Brasil.

Seixas, C. S.; Prado, D. S.; Joly, C. A.; May, P. H.; Neves, E. M. S. C.; Teixeira, L. R. (2020) *Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?* Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.25, n.81, p.1–21.

UN/ISDR (2004) United Nations Interagency Secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction. In *Living With Risk: A global review of the International Strategy for Disaster Reduction* (UN/ISDR). United Nations, Geneva, p. 16-17.

Van Dam, R. I. (2016) *Bonding by doing the dynamics of self-organizing groups of citizens taking charge of their living environment*. Dissertação. Wageningen University. Holanda.

Walker, B., Holling, C.S., Carpenter, S.R., Kinzig, A. (2004) *Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems*. In: *Ecol. Soc.* 9, 5.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos às contribuições dos membros do grupo de estudos @socio.eco.logicas e grupo de pesquisa LabHabitar/PPGAU pela estrutura institucional, bem como, pelo apoio do CNPq pelas bolsas de iniciação científica PIBIC/UFBA e PIBIC/FAPESB.